

Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde

Self-medication in adolescence: a challenge to health education

Ilane Magalhães Silva¹
Ana Maria Fontenelle Catrib¹
Vânia Cordeiro de Matos¹
Ana Paula Soares Gondim¹

Abstract *The study aims to examine the knowledge of students of public and private schools in the city of Fortaleza, Ceará State, Brazil on the use of medicine and their health implications. It is a descriptive study of 722 adolescents enrolled in ten schools in the city of Fortaleza. He got up aspects of consumption, indication and guidance medicine and influence of the media using a questionnaire. Seventy two percent of the participants reported use of medicine the last 60 days, and painkillers were the most cited (65.4%). The indications were responsible for the family (51.2%) and physicians (33.1%), and the self-medication by 20.8% of the students. Regarding the use of medicine 70.9% of the students were not instructed on the proper use of the medicine. Of the total, 34.1% had already been influenced by media in the purchase of medicine. It's possible to conclude that teenagers' knowledge about medicine and its implications on health is very weak and devoid of any basic notion of the rational use of medicine. In addition, public school students are more oriented on the proper use of medicines by professionals in the public health system, which demonstrates the efficiency of the promoter of health of the population enrolled in public schools in Fortaleza.*

Key words *Self-medication, Adolescents, Health education*

Resumo *O estudo visa analisar o conhecimento dos estudantes de escolas públicas e privadas do município de Fortaleza (CE) sobre o uso de medicamentos e suas implicações para a saúde. Trata-se de um estudo descritivo, com 722 adolescentes matriculados em dez escolas do município de Fortaleza. Levantou-se, por meio de um questionário, aspectos relativos ao consumo, indicação e orientação de medicamentos e a influência da mídia. Relataram uso de medicamentos, nos últimos sessenta dias, 72,0% dos participantes, sendo os analgésicos os mais citados (65,4%). Os responsáveis pelas indicações foram familiares (51,2%) e médicos (33,1%), sendo a automedicação relatada por 20,8% dos estudantes. Não receberam orientações sobre o uso correto de medicamentos 70,9% dos alunos. Do total, 34,1% revelaram já terem sido influenciados por meios de comunicação na compra de medicamentos. É possível concluir que o conhecimento dos adolescentes sobre medicamentos e suas implicações na saúde é bastante incipiente e desprovido de qualquer noção básica sobre o uso racional deles. Além disso, os estudantes da rede pública são mais orientados sobre o uso correto de medicamentos, por parte dos profissionais do sistema público de saúde, o que demonstra a eficiência do sistema como promotor de saúde da população matriculada em escolas públicas de Fortaleza.*

Palavras-chave *Automedicação, Adolescentes, Educação em saúde*

¹Universidade de Fortaleza.
Av. Washington Soares
1.321, Edson Queiroz.
60811-341 Fortaleza CE.
ilane_mag@yahoo.com.br

Introdução

A saúde deixou de ser uma premissa existencial do ser humano, ao tornar-se campo da atividade econômica, decorrente de mudanças estruturais implantadas, objetivando a ampliação de mercado¹. Segundo a Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos (Sobravime)², o medicamento como parte do complexo médico industrial influi na percepção da saúde e da doença, tanto nos profissionais da saúde quanto na sociedade. O medicamento não se apresenta sozinho – como substância química – mas está acompanhado por um cortejo de publicidade, informação, brindes, estudos, etc., configurando uma forma de pensar.

A automedicação é definida como o uso de medicamentos sem prescrição médica, sendo o próprio paciente quem decide qual é o fármaco a ser utilizado, com o objetivo de tratar ou aliviar sintomas ou mesmo de promover a saúde, independentemente da prescrição profissional³. Os medicamentos possuem forte valor simbólico para a população, transcendendo a sua atividade terapêutica, o que contribui para maior consumo e uso irracional destes⁴.

Consoante Lage *et al.*⁵, os medicamentos são reconhecidos como instrumentos indispensáveis às ações de saúde, ocupando papel central na terapêutica da atualidade. Conforme os mesmos autores, os fatores relacionados ao modo e utilização do medicamento refletem-se no efeito terapêutico. Bem assim, a orientação recebida no consultório médico é confrontada com outras fornecidas por diferentes profissionais da área da saúde, com aquelas obtidas por parentes, vizinhos e, também, nos meios de comunicação social. Esses confrontos podem levar ao uso inadequado desses produtos.

Os elevados índices de prescrição de antibióticos, a carência de orientação dos usuários por parte dos profissionais prescritores e dispensadores, as publicidades diretas ao consumidor final e o uso incorreto por parte do paciente constituem barreiras para a promoção do uso racional de medicamentos. No Brasil, há outros fatores que agravam este quadro; cerca de oitenta milhões de pessoas praticam a automedicação, há uma má qualidade de oferta de medicamentos, não se cumpre a obrigatoriedade da receita médica e há uma carência de informações e instrução da população em geral, o que justifica a preocupação em implementar as estratégias do uso racional de medicamentos^{6,7}.

Visando minimizar os fatores citados, a Organização Mundial Saúde (OMS)⁸ estabeleceu

como meta para a avaliação do uso de medicamentos e controle do seu consumo, com o objetivo de melhorar a racionalidade do uso nas próximas décadas.

Os estudos sobre automedicação em crianças e adolescentes brasileiros foram desenvolvidos em serviços de saúde ou constituíram-se em estudos de base populacional, sendo esses: (1) epidemiologia do consumo de medicamentos em crianças de centro urbano da região sul do Brasil⁹; (2) automedicação em pediatria geral¹⁰; (3) utilização de medicamentos por crianças atendidas em creches¹¹; (4) epidemiologia do consumo de medicamentos no primeiro trimestre de vida em centro urbano do sul do Brasil¹²; (5) estudo da automedicação infantil em uma região administrativa no município do Rio de Janeiro¹³; (6) uso judicioso de medicamentos em crianças¹⁴ e (7) automedicação em crianças e adolescentes¹⁵. O que diferencia esta pesquisa das demais é o fato de ter sido realizada na escola, espaço que se apresenta apropriado para desenvolver ações de saúde e veicular informações educativas junto aos adolescentes, na tentativa de expandir saberes e conhecimentos de forma efetiva e abrangente sobre o uso racional de medicamentos.

Outra consideração importante é o fato de que o adolescente é portador de uma experiência de vida e se encontra formulando socialmente seu ponto de vista sobre determinados saberes, podendo este disseminar o conhecimento sobre o uso racional de medicamentos junto à família, amigos e sociedade.

Com base nestas considerações, este estudo questionou os adolescentes sobre a automedicação e a influência dos meios de comunicação, abordando, também, aspectos relativos ao consumo de medicamentos, os responsáveis pelas indicações e pelas orientações dadas sobre os fármacos utilizados.

Na tentativa de contribuir para o aprimoramento da temática, este ensaio deteve-se em analisar o conhecimento dos estudantes de escolas públicas e privadas do município de Fortaleza (CE) sobre o uso de medicamentos e suas implicações para a saúde.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, de abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada em dez escolas do município de Fortaleza, sendo cinco mantidas por iniciativa pública e cinco privadas. No projeto inicial, estava prevista a inclusão de

doze escolas (seis públicas e seis privadas), representando as seis Secretarias Executivas Regionais (SER) do município de Fortaleza; no entanto, por motivos de recusa de duas escolas, a pesquisa foi realizada em dez unidades escolares.

Os estabelecimentos de ensino estavam cadastrados em diferentes SER e foram tomadas aleatoriamente cinco destas secretarias, contando que cada secretaria regional fosse contemplada por uma escola pública e uma particular que oferecessem ensino fundamental e médio.

A amostra constituiu-se de 722 adolescentes escolares, baseada na prevalência de automedicação em criança (41,4%)¹³. Foram escolhidos aleatoriamente alunos de treze a dezoito anos, matriculados na educação básica nas diferentes SER que aceitaram participar da investigação e encontravam-se presentes no momento da aplicação do instrumento de coleta de dados. No ano de 2006, o município de Fortaleza contava com 7.675 alunos matriculados nas dez escolas de educação básica.

A coleta de dados foi realizada de setembro de 2006 a outubro de 2007, usando-se um questionário contendo sete questões fechadas e cinco abertas, que abordavam aspectos relacionados às características sociodemográficas (idade, sexo, dependência administrativa, série, turno), conceito e finalidade de medicamento, justificativa de uso de medicamento sem receita médica, medicamentos utilizados nos últimos sessenta dias, responsáveis pela indicação e orientação sobre o uso correto destes, influência dos meios de comunicação, uso diário de medicamento em casa, transporte de medicamento para uso próprio, uso de medicamento a partir da leitura de bulas, uso de medicamento sem consulta médica, classes terapêuticas mais utilizadas e uso e indicação de antimicrobianos.

Para a montagem do banco de dados e análise dos resultados, utilizou-se o programa estatístico SPSS, versão 11.0. Realizou-se uma análise estatística descritiva simples. Para as variáveis categóricas, foi realizada uma análise de frequência absoluta e relativa, cujos resultados foram apresentados em forma de tabelas, considerando-se dois grupos: escola pública e escola privada.

Em atendimento a Resolução n° 196/96, do Conselho Nacional de Saúde¹⁶, que preconiza e regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos, esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UNIFOR. A autorização para aplicar o questionário foi obtido por meio do termo de consentimento livre e esclarecido, após apresentação e esclarecimento de todo o

projeto aos adolescentes escolares ou responsáveis por eles.

Resultados

Participaram do estudo 722 adolescentes, sendo 450 (62,3%) estudantes de escolas mantidas por iniciativa pública e 272 (37,7%) de escolas privadas. O sexo feminino foi predominante, com 393 (54,4%) estudantes. Quanto à idade dos alunos, a faixa de variação foi de treze a dezoito anos e a maioria de 641 (88,7%) tinha idade entre quinze e dezoito anos. Quanto à série em curso, 63 (8,7%), 287 (39,8%), 191 (26,5%) e 181 (25,1%), correspondem, respectivamente, ao 9º ano do ensino fundamental, 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. Estudavam no turno da manhã 596 (82,5%) participantes e 126 (17,5%), no turno da tarde.

Observa-se na Tabela 1 que 320 (46,9%) alunos definiram o medicamento como “substância química com objetivo de cura” e 215 (31,5%) conceituaram como “método de aliviar as doenças”. Houve 56 (8,2%) alunos que denotaram o significado como “meio de combater sintomas de uma doença” e dezenove (2,8%) como “útil para prevenir doenças”. As proporções dos conceitos dados por alunos de escolas públicas e privadas apresentaram semelhança de acordo com as respostas dos estudantes, nas quais se observa a ideia de cura associada ao uso do medicamento, cuja ingestão é referida como responsável pela melhoria do corpo acometido pelas doenças.

Na Tabela 1, também é possível observar as opiniões dos alunos referentes ao uso de medicamentos sem receita médica. Dentre os 669 participantes que responderam à pergunta, 114 (17,0%) acreditavam que isso ocorre porque as pessoas já possuem experiência com o medicamento, 97 (14,5%) defendiam a ideia de que a falta de informação e/ou orientação leva à realização de tal prática, 91 (13,6%) citaram a influência da televisão e amigos, 82 (12,3%) relataram a preguiça de ir ao médico ou pela praticidade, sendo essa resposta mais frequente em alunos das escolas privadas. A dificuldade no atendimento do SUS foi outra razão dada por 77 (11,5%) estudantes, principalmente aqueles de escola pública.

Quando questionados se podiam tomar medicamentos por conta própria, 393 responderam que “não”. As principais justificativas foram poder apresentar efeitos adversos ou contrários do medicamento, com 96 citações, e causar danos à saúde, com sessenta, sendo a primeira afirmação a

mais citada entre alunos de escolas públicas e a segunda a mais mencionada entre alunos de escolas privadas. Dos que afirmaram que podem tomar medicamentos por conta própria, 153 justificaram, relatando ser algo simples o que eles sentiam, 74 não justificaram as respostas, 54 citaram outras justificativas, onze o fazem porque possuem dificuldades de marcar a consulta (Tabela 1).

Em suas respostas, os estudantes da pesquisa revelaram que o custo elevado dos medicamentos prescritos pelos médicos e a dificuldade de acesso aos postos de saúde são fatores determinantes para a automedicação, como, também, demonstraram a banalização com que se referem aos medicamentos e a facilidade com que os adquirem sem a orientação de um profissional.

Tabela 1. Conhecimento dos estudantes sobre medicamentos e automedicação.

Variáveis	Dependência administrativa					
	Total		Públicas		Privadas	
	n	%	n	%	n	%
O que é e para que serve o medicamento?*	682	100	423	100	259	100
Substância química com objetivo de cura	320	46,9	220	52,0	100	38,6
Método de aliviar as doenças	215	31,5	90	21,3	125	48,3
Combater os sintomas de uma doença	56	8,2	54	12,8	02	0,8
Útil para prevenir doenças	19	2,8	14	3,3	05	1,9
Outros	72	10,6	45	10,6	27	10,4
Por que as pessoas tomam medicamentos sem receita médica?*	669	100	414	100	255	100
Experiência com o medicamento	114	17,0	72	17,4	42	16,5
Falta de informação e/ou orientação	97	14,5	58	14,0	39	15,3
Influência da TV e amigos	91	13,6	59	14,2	32	12,5
Preguiça de ir ao médico/praticidade	82	12,3	36	8,7	46	18,0
Dificuldade no atendimento do SUS	77	11,5	72	17,4	05	2,0
Falta de acesso ao médico	65	9,7	45	10,9	20	7,8
Necessidade de uma melhora imediata	57	8,5	36	8,7	21	8,2
Não acham necessário	16	2,4	00	0,0	16	6,3
Não sabiam	09	1,3	00	0,0	09	3,5
Costume	07	1,1	00	0,0	07	2,7
Outros	54	8,1	36	8,7	18	7,1
Você pode tomar medicamentos por conta própria?*	693	100	432	100	261	100
Não	393	56,7	270	62,5	123	47,1
Sim	300	43,3	162	37,5	138	52,9
Justificativas para a resposta NÃO						
Apresentar efeito adverso ou contrário	96	24,4	84	31,1	12	9,8
Causar danos à saúde	60	15,3	35	13,0	25	20,3
Não justificaram	56	14,3	24	8,9	32	26,0
Haver a possibilidade de tomá-lo errado	44	11,2	32	11,8	12	9,8
Piorar os sintomas da doença	43	10,9	41	15,2	02	1,6
Por não saber o efeito	22	5,6	08	3,0	14	11,4
Ter a necessidade de orientação adequada	22	5,6	14	5,2	08	6,5
Outros	50	12,7	32	11,8	18	14,6
Justificativas para a resposta SIM						
Por ser algo simples	153	51,0	81	50,0	72	52,1
Não justificaram	74	24,7	30	18,5	44	31,9
Dificuldade de marcar consulta	11	3,7	09	5,6	02	1,4
Por que não tenho alergia	08	2,6	07	4,3	01	0,7
Outros	54	18,0	35	21,6	19	13,8

Fonte: Dados originais.

* Do total de participantes (n=722), foram excluídos aqueles que não responderam à pergunta.

Pode-se observar que, dos participantes do estudo, 520 (72,0%) tinham feito uso de um ou mais medicamentos nos últimos sessenta dias, com predominância do sexo feminino (60,0%). Houve maior consumo por alunos da rede privada de ensino. Na Tabela 2, dentre as classes de medicamentos mais citadas, estavam os analgésicos, com 340 (65,4%) relatos, os antigripais, com 64 (12,3%), os antitérmicos, com 61 (11,7%) e os antimicrobianos, com 51 (9,8%). Acrescenta-se que os alunos referiram o uso de uma variedade de outros medicamentos com diversas indicações terapêuticas. As classes medicamentosas foram contabilizadas somente uma vez, nos casos em que foram utilizados dois ou mais medicamentos da mesma classe por alunos de escolas públicas e privadas.

Dos que fizeram uso de medicamentos, 266 (51,2%) tiveram indicações por parte de familia-

res, 172 (33,1%) de médicos e 108 (20,8%) foram por conta própria. A indicação por médicos (38,9%) e a automedicação (28,1%) foram maiores para alunos das escolas privadas em termos percentuais (Tabela 2).

Do total dos estudantes, 512 (70,9%) não receberam ou não se lembram de haver recebido orientações sobre o uso correto de medicamentos. Dos que foram orientados, 91 (43,3%) receberam a orientação de médicos, 82 (39,0%) de familiares, 44 (21,0%) na escola e 33 (15,7%) no posto de saúde. Os alunos de escolas do sistema público foram menos orientados pelos familiares e escolas, porém mais orientados por médicos do que os alunos de escolas da rede privada.

A Tabela 3 relata a influência que os meios de comunicação exerceram sobre os adolescentes no momento da escolha de um medicamento. Dos estudantes, 246 (34,1%) relataram que já fizeram

Tabela 2. Distribuição das respostas dos adolescentes relativas ao uso de medicamentos, indicações e orientações.

Variáveis	Dependência administrativa					
	Total		Públicas		Privadas	
	n	%	n	%	n	%
Classes de medicamentos mais utilizadas*						
a) Analgésicos	340	65,4	192	64,2	148	67,0
b) Antigripais	64	12,3	39	13,0	25	11,3
c) Antitérmicos	61	11,7	42	14,0	19	8,6
d) Antimicrobianos	51	9,8	32	10,7	19	8,6
e) Polivitamínicos	23	4,4	12	4,0	11	5,0
f) Anti-inflamatórios	20	3,8	14	4,7	06	2,7
g) Vermífugos	12	2,3	09	3,0	03	1,4
h) Antialérgicos	11	2,1	02	0,7	09	4,1
i) Anticoncepcionais	10	1,9	07	2,3	03	1,4
j) Antianêmicos	08	1,5	07	2,3	01	0,5
l) Não lembram o nome	17	3,3	12	4,0	05	2,3
m) Outras classes	93	17,9	45	15,1	48	21,7
n) Não responderam	21	4,0	12	4,0	09	4,1
Quem indicou*						
a) Familiares	266	51,2	154	51,5	103	46,6
b) Médico	172	33,1	86	28,8	86	38,9
c) Por conta própria	108	20,8	46	15,4	62	28,1
d) Amigos	33	6,3	21	7,0	12	5,4
e) Farmacêutico	20	3,8	13	4,3	07	3,2
f) Meios de comunicação	13	2,5	09	3,0	04	1,8
g) Balconista	03	0,6	03	1,0	00	0,0
h) Outros	05	1,0	04	1,3	01	0,5
i) Não responderam	30	5,8	19	6,4	11	5,0

Fonte: Dados originais.

* Os participantes poderiam ter feito uso de um ou mais medicamentos e optado por mais de uma resposta. Incluem os participantes que afirmaram "sim" na pergunta anterior.

uso de medicamentos influenciados pela mídia, sendo a televisão (TV) a mais citada, com 229 (93,1%) relatos, seguida dos jornais e revistas, com 05 (2,0%), o rádio, com 03 (1,2%), e outros, como, por exemplo, a Internet, com nove (3,7%). Quase a totalidade de adolescentes se mostrou influenciada pelos meios de comunicação.

Destaca-se que o sexo feminino mostra-se mais influenciado pela mídia. Das 126 (24,2%) adolescentes que utilizaram medicamentos para cólica, 76 (60,3%) fizeram uso do medicamento composto “dipirona sódica + cafeína anidra + citrato de orfenadrina” que, durante o período da coleta de dados, realizava o seu *marketing* através da mídia televisiva. Estes eram tomados, sem indicação, em 24 (31,6%) casos. Os familiares indicaram o medicamento “dipirona sódica + cafeína anidra + citrato de orfenadrina” em 21 (27,6%) casos (Tabela 3).

Quanto ao uso de antimicrobianos, 51 (9,8%) utilizaram essa classe de medicamentos, sendo o médico e familiares os maiores responsáveis pela indicação destes, com 22 casos (43,1%) cada um, seguidos da automedicação, com sete eventos (13,8%). As enfermidades mais relatadas pelos alunos foram dor na garganta ou virose (45,1%) e inflamação (25,5%). Os estudantes de escolas públicas tiveram maior número de

indicações por parte dos familiares, ao contrário dos estudantes das escolas privadas, que tiveram um maior número de indicações por parte dos médicos (Tabela 4).

Em os locais mais citados para obtenção de medicamentos sem receita médica, 471 (66,2%) citaram a farmácia, 277 (38,9%) relataram conseguir em casa, 135 (19,0%) adquiriam com amigos, 122 (17,1%) obtinham com o médico ou posto de saúde, 121 (17,0%) compravam em supermercados/mercearias, havendo diferença significativa, em termos percentuais, entre alunos de escolas públicas (25,8%) e privadas (2,6%). Do restante, quinze (2,1%) obtinham os medicamentos nas escolas e trinta (4,2%) os adquiriam em outros locais. Dez participantes não responderam a esta questão; portanto, o total representa 712 sujeitos, que puderam optar por mais de uma resposta.

Dos estudantes, 314 (44,2%) ressaltaram que sempre liam a bula, 308 (43,3%) realizavam essa prática eventualmente e 89 (12,5%) jamais liam. No que concerne ao entendimento da orientação da bula, 329 (46,3%) responderam que entendiam bem, 44 (6,2%) não entendiam, 292 (41,1%) entendiam às vezes e 45 (6,3%) realmente não liam a bula. A maioria, 549 (76,8%) alunos, verificava a data de validade dos medicamentos.

Tabela 3. Influência dos meios de comunicação na automedicação.

Variáveis	Dependência administrativa					
	Total		Públicas		Privadas	
	n	%	n	%	n	%
Qual o meio de comunicação?*						
a) TV	229	93,1	158	93,5	71	92,2
b) Jornais e revistas	05	2,0	04	0,9	01	1,3
c) Rádio	03	1,2	02	1,2	01	1,3
d) Outros	09	3,7	05	1,1	04	5,2
Fez uso de medicamentos para cólica?*	520	100	299	100	221	100
Sim	126	24,2	61	20,4	65	29,4
O medicamento foi “dipirona sódica + cafeína anidra + citrato de orfenadrina”?*						
Sim	76	60,3	35	57,4	41	63,1
Quem indicou?*						
a) Por conta própria	24	31,6	07	20,0	17	41,5
b) Família/amigos	21	27,6	10	28,6	11	26,8
c) Médico	05	6,6	02	5,7	03	7,3
d) Meios de comunicação	05	6,6	04	11,4	01	2,4
e) Não responderam	21	27,6	12	34,3	09	22,0

Fonte: Dados originais.

* Incluir os participantes que afirmaram “sim” na pergunta anterior; ** O total (n=520) é representado por aqueles que fizeram uso de medicamentos nos últimos sessenta dias.

Tabela 4. Utilização e indicação de antimicrobianos por automedicação.

Variáveis	Dependência administrativa					
	Total		Públicas		Privadas	
	n	%	n	%	n	%
Fez uso de antimicrobianos?*	520	100	299	100	221	100
Sim	51	9,8	32	10,7	19	8,6
Quem indicou o antimicrobiano?***						
a) Médico	22	43,1	11	34,4	11	57,9
b) Família/amigos	22	43,1	16	50,0	06	31,6
c) Por conta própria	07	13,8	05	15,6	02	10,5

Fonte: Dados originais.

* O total (n=520) é representado por aqueles que fizeram uso de medicamentos nos últimos sessenta dias; ** Inclui os participantes que afirmaram "sim" na pergunta anterior.

Discussão

No presente estudo, 72,0% dos estudantes utilizaram medicamentos nos últimos sessenta dias. Em estudo similar com crianças e adolescentes realizado nos municípios de Limeira e Piracicaba, no estado de São Paulo, a prevalência estimada de automedicação foi de 56,6%. Ambas são superiores à prevalência de 49,7% encontrada por Arrais *et al.*¹⁷ em um estudo que abordou o consumo de medicamentos em adultos no município de Fortaleza. Esta diferença, no entanto, pode ser explicada pelo fato de que, nesta pesquisa, os participantes tinham idades entre treze e dezoito anos e o consumo de medicamentos foi avaliado considerando um período de sessenta dias, o que foi quatro vezes maior do que o relatado por outros autores que desenvolveram estudos em populações adultas.

Em outros estudos realizados por Bertoldi *et al.*¹⁸, em Pelotas, e por Vilarino *et al.*¹⁹, em Santa Maria, encontrou-se maior consumo por parte do sexo feminino, o que também foi constatado nesta e nas demais pesquisas¹⁸⁻²⁰.

A Lei nº 5.991/73 define medicamento "como todo produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnósticos". A maioria dos alunos (46,9%) definiu medicamento como "uma substância química com objetivo de cura", o que corrobora o dito por Lefèvre²¹ de que é perfeitamente possível se ver o medicamento como um signo cujo significado vai bem mais além da simples ideia, conceito de imagem mental de "saúde", implicando, também e, sobretudo, a própria realização e obtenção da saúde. A crença de que o medicamento simboliza a "saúde"

influencia as pessoas à prática da automedicação, porém, o risco encontra-se inerente a esse processo. Nenhuma substância medicamentosa é inócua ao organismo, havendo para todas elas contraindicações e reações adversas, sendo o medicamento utilizado na forma correta ou de forma negligente, o que é outro fator agravante.

Apesar da grande diversidade das respostas, número significativo dos adolescentes (17,0%) afirmou que as pessoas tomavam medicamentos sem receita médica porque já possuíam experiência com o medicamento. Estudos evidenciam que aproximadamente 51,0% das decisões de se medicar são baseadas em prescrições anteriores^{22,23}.

"A preguiça de ir ao médico e/ou praticidade" e "dificuldade no atendimento do SUS" foram respostas que apresentaram diferenças significativas, em termos percentuais, entre os estudantes de escolas públicas e privadas, podendo tais diferenças ser justificadas pelas condições socioeconômicas de cada grupo. Percebe-se que a automedicação é praticada pelos dois grupos, mas por motivos opostos. O grupo de estudantes de escolas particulares, que, provavelmente, tem acesso à rede privada de saúde, não faz uso desta, por praticidade ou preguiça, praticando assim a automedicação. Alunos de escolas públicas, no entanto, que, possivelmente, são usuários do SUS, realizam tal prática, por terem dificuldades de atendimento no sistema público de saúde. Esta análise revela que as condições socioeconômicas podem interferir na frequência em que a automedicação ocorre, porém não restringem o exercício da automedicação a nenhuma classe social.

Constatou-se que muitos adolescentes entendiam que se podem tomar medicamentos por conta própria, porém não justificaram tal asser-

ção. Quanto aos riscos da automedicação, os estudantes relataram que sabiam ou sabiam parcialmente de tais riscos, mas grande parte não justificou a resposta. Esses dois fatos ressaltam a falta de informação e/ou orientação nesta temática, motivo relatado pelos estudantes como uma das razões para que as pessoas façam uso de medicamentos sem a prescrição médica.

As escolas aparecem como fonte de informação para 21,0%, fato demonstrativo de que nenhuma das redes de ensino está efetivamente tratando do tema transversal “saúde”, definido nos Parâmetros Curriculares Nacionais²⁴ desde 1997, elaborado após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/9.625)²⁵. A falta de conhecimento por parte dos estudantes sobre o uso de medicamentos mostra que tanto a rede privada de ensino quanto a rede pública não dispõe de profissionais preparados para trabalhar as questões que envolvem a saúde, uma vez que a formação dos professores não contemplou aspectos relativos a estas temáticas, nem a escola conta em seu quadro com profissionais da saúde.

Diante disso, percebe-se que se faz necessário o desenvolvimento de ações educativas em saúde na escola, no sentido de proporcionar ambientes educacionais mais saudáveis que promovam a saúde de todos os seus partícipes.

Os analgésicos foram os medicamentos mais citados pelos adolescentes (65,4%), fato que se mostrou semelhante a outros trabalhos desenvolvidos no país²⁶⁻²⁸. As classes de medicamentos encontradas já eram esperadas, já que os extremos etários são considerados os maiores consumidores de medicamentos²⁶, sendo crianças e idosos mais susceptíveis a enfermidades que necessitam de terapias medicamentosas específicas, as quais exigem maior controle da posologia e tempo de tratamento.

Constatou-se que houve mais casos de indicação dos medicamentos por parte dos familiares (51,2%), seguido dos médicos (33,1%) e por conta própria (20,8%), sendo estas proporções obedecidas tanto para alunos das escolas particulares quanto para estudantes de escolas privadas. Diante deste fato, percebe-se a necessidade de informação acerca do tratamento e de medicamentos por parte dos pacientes e familiares. Tal informação deve provir de fontes fidedignas e atualizadas, o que, muitas vezes, não é possível apenas em bulários e propagandas²⁹. A conscientização da comunidade é um pré-requisito para que sejam alcançados níveis elevados de saúde²⁷.

Considerando o fato de que os alunos de escolas particulares possuíam melhores condições

socioeconômicas e ensino de melhor qualidade, entende-se o maior consumo de medicamentos por esses participantes, tanto por indicações médicas (38,9%), como por automedicação (28,1%). O acúmulo de conhecimento e a disposição de maiores informações, que os auxiliam na escolha do medicamento, tornam o indivíduo mais confiante para se medicar^{28,29}, porém a prática da automedicação também foi constatada em adolescentes da rede pública de ensino.

Apenas 29,1% dos alunos assinalaram já terem sido orientados sobre o uso correto de medicamentos, sendo o médico (46,3%) o mais referido pelas escolas públicas e os familiares (47,4%), pelas escolas particulares. Notou-se a pequena participação do farmacêutico (15,2%) nesse processo educativo, evidenciando que este profissional necessita conscientizar-se do seu papel na melhora da saúde pública, minimizando os riscos decorrentes da má utilização de medicamentos. Em estudo realizado por Arrais *et al*³⁰, apenas 25,8% de 833 pacientes receberam orientação sobre como tomar o medicamento no instante da dispensação.

A veiculação de campanhas publicitárias tendenciosas, cujos objetivos são meramente comerciais, estimula o consumo indiscriminado e crescente de medicamentos³¹. Dos participantes, 34,1% fizeram uso de fármacos influenciados por meios de comunicação. Das alunas que tomaram medicamentos para cólica, 60,3% fizeram uso do “dipirona sódica + cafeína anidra + citrato de orfenadrina”, podendo haver relação entre o alto índice de uso e a propaganda televisada deste produto, que ocorria durante a coleta de dados do presente estudo. A propaganda se torna perigosa, levando em conta a ideia de que induz à automedicação por pessoas que não têm atitude crítica na recepção da publicidade de medicamentos para reconhecer o limite do seu uso dentro da atenção à saúde⁵. Quando questionados sobre quem indicou o medicamento “dipirona sódica + cafeína anidra + citrato de orfenadrina”, apenas 6,6% responderam haver sido os meios de comunicação, porém 59,2% revelaram que foram a família, os amigos ou automedicação, o que permite questionar-se sobre a influência da mídia.

O fato de medicamentos serem vendidos em locais inadequados foi detectado por este estudo. Os estudantes de escola pública relataram, em maior proporção (25,8%), o fato de que conseguiam medicamentos sem receita médica em supermercados e mercearias, enquanto apenas 2,6% dos alunos de escolas particulares relataram tal prática. A dispensação de medicamentos é privativa dos estabelecimentos autorizados e definidos

pela Lei nº 5.991³², especificando farmácias, drogarias, postos de medicamento, unidades volantes e dispensário de medicamentos. Segundo Melo *et al.*³³, a venda de medicamentos anódinos em supermercados e demais locais leigos pode engrossar as estatísticas de incidência de intoxicações medicamentosas e somente com uma fiscalização sanitária atuante, associada à educação da população, os perigos da automedicação poderiam tomar um rumo menos desastroso.

Considerações finais

Ao final do estudo, é possível concluir que a automedicação entre os adolescentes de escolas públicas e privadas de Fortaleza (CE) ocorre sem controle sanitário, familiar e institucional.

O conhecimento dos adolescentes sobre medicamento e suas implicações na saúde mostrou-se

incipiente e desprovido de qualquer noção básica sobre o uso racional de medicamento. Sua concepção sobre medicamento tem sido influenciada pelo modelo biomédico: “combater sintomas” e “prevenir doenças”, reflexo da visão descontextualizada do tema saúde nos espaços educacionais.

Chama atenção o fato de estudantes da rede pública receberem mais orientações sobre o uso correto de medicamentos por parte dos profissionais do sistema público de saúde, demonstrando a eficiência do sistema como promotor de saúde da população matriculada em escolas públicas de Fortaleza e a não utilização do sistema público de saúde pelos estudantes da rede particular de ensino.

Nas duas realidades educacionais, é notória a banalização da prática da automedicação na adolescência, particularmente entre as meninas, vislumbrando-se possíveis usuárias permanentes de medicamentos.

Colaboradores

IM Silva, AMF Catrib, VC de Matos e APS Gondim participaram igualmente de todas as etapas da elaboração do artigo.

Referências

- Carvalho RAS. *Uso racional de medicamentos: subsídios para uma proposta de ação educativa em saúde* [dissertação]. Fortaleza (CE): Universidade de Fortaleza; 2003.
- Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos. *O que é uso racional de medicamentos*. São Paulo: Sobravime; 2001.
- Berquó LS, Barros AJD, Lima RC, Bertoldi AD. Utilização de medicamentos para tratamento de infecções respiratórias na comunidade. *Rev. Saude Publica* 2004; 38(3):358-364.
- Lefèvre F. *O medicamento como mercadoria simbólica*. São Paulo: Cortez; 1991.
- Lage EA, Freitas MIF, Acurcio FA. Informação sobre medicamentos na imprensa: uma contribuição para o uso racional? *Cien Saude Colet* 2005; 10(Supl.):133-139.
- Lima GB, De Araujo EJF, Sousa KMH, Benvido RF, Silva WC, Correa Jr. RAC, Nunes LCC. Avaliação da utilização de medicamentos armazenados em domicílios por uma população atendida pelo PSF. *Rev. Bras. Farm.* 2008; 89(2):146-149.
- Mota DM, Da Silva MGC, Sudo EC, Ortún V. Uso racional de medicamentos: uma abordagem econômica para tomada de decisões. *Cien Saude Colet* 2008; 13(Supl.):589-601.
- Organización Mundial de la Salud. *Promoción del uso racional de medicamentos: componentes centrales* [site da Internet] 2002 [acessado 2007 out 23]. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/WHO_EDM_2002.3_spa.pdf
- Béria JU, Victora CG, Barros FC, Teixeira AB, Lombardi C. Epidemiologia do consumo de medicamentos em crianças de centro urbano da região sul do Brasil. *Rev. Saude Publica* 1993; 27:95-104.
- Urbano B, Magro R, Masip M, Vacas R. Automedicação en pediatria general. *Atención Primaria* 1994; 13:313-316.
- Bricks LF, Leone C. Utilização de medicamentos por crianças atendidas em creches. *Rev. Saude Publica* 1996; 30:527-535.
- Weiderpass E, Béria JU, Barros FC, Victora CG, Tomasi E, Halpern R. Epidemiologia do consumo de medicamentos no primeiro trimestre de vida em centro urbano do sul do Brasil. *Rev. Saude Publica* 1998; 32:335-344.
- Gomes MFS. *Estudo da automedicação infantil em uma região administrativa no município do Rio de Janeiro* [dissertação]. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2000.
- Bricks LF. Uso judicioso de medicamentos em crianças. *J Pediatr (Rio J)* 2003; 79(Suppl. 1):S107-S114.
- Pereira FS, Bucarechi F, Stephan C, Cordeiro R. Self-medication in children and adolescents. *J Pediatr (Rio J)* 2007; 83(5):453-458.
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União* 1996; 16 out.
- Arrais PSD, Brito LL, Barreto ML, Coelho HLL. Prevalência e fatores determinantes do consumo de medicamentos no Município de Fortaleza, Ceará, Brasil. *Cad Saude Publica* 2005; 21(6):1737-1746.
- Bertoldi AD, Barros AJD, Hallal PC, Lima RC. Utilização de medicamentos em adultos: prevalência e determinantes individuais. *Rev. Saude Publica* 2004; 38(2):228-238.
- Vilarino JF, Soares IC, Silveira CM, Rodel APP, Bortoli R, Lemos RR. Perfil da automedicação em município do sul do país. *Rev. Saude Publica* 1998; 32(1):43-49.
- Arrais PSD, Coelho HLL, Batista MCDS, Carvalho ML, Righi RE, Arnau JM. Perfil da automedicação no Brasil. *Rev. Saude Publica* 1997; 31(1):71-77.
- Lefèvre F. A oferta e a procura de saúde através do medicamento: proposta de um campo de pesquisa. *Rev. Saude Publica* 1987; 21(1):64-67.
- Loyola AIF, Uchoa E, Guerra HL, Firmo JOA, Lima MFC. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. *Rev. Saude Publica* 2002; 36(1):55-62.
- Volpato DE, Souza BV, Dalla R, Melo LH, Daudt CAS, Deboni I. Use of antibiotics without medical prescription. *Braz J Infect Dis* 2005; 9(4):288-291.
- Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros curriculares Nacionais*. Brasília: MEC; 1997.
- Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União* 1996; 20 dez.
- Nitschke CAS, Guimarães FS, Cunha J, Dutra ACA, Silva Júnior MM. Estudo Sobre o uso de medicamentos em quatro bairros de Porto Alegre. *Rev AMRIGS* 1981; 25(1):184-189.
- Melo DO, Ribeiro E, Storpitis S. A importância e a história dos estudos de utilização de medicamentos. *Rev. Bras Cienc. Farm.* 2006; 42(4):475-485.
- Vieira FS. Possibilidades de contribuição do farmacêutico para a promoção da saúde. *Cien Saude Colet* 2007; 12(1):213-220.
- Saeed AA. Self-medication among primary care patients in Farzadk Clinic in Riyadh. *Soc Sci Med* 1988; 27(1):287-289.
- Arrais PSD, Barreto ML, Coelho HLL. Aspectos dos processos de prescrição e dispensação de medicamentos na percepção do paciente: estudo de base populacional em Fortaleza, Ceará, Brasil. *Cad Saude Publica* 2007; 23(4):927-937.
- Luchessi AD, Marçal BF, Araújo GF, Uliana LZ, Rocha MRG, Pinto TJA. Monitoração de propaganda e publicidade de medicamentos: âmbito de São Paulo. *Rev. Bras Cienc. Farm.* 2005; 41(3):345-349.
- Brasil. Ministério da Saúde. Lei nº 5.991 de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 1973; 17 dez.
- Melo EB, Teixeira JJVM, Graciele CM. Histórico das tentativas de liberação da venda de medicamentos em estabelecimentos leigos no Brasil a partir da implantação do Plano Real. *Cien Saude Colet* 2007; 12(5):1333-1339.

Artigo apresentado em 26/11/2008

Aprovado em 28/08/2009

Versão final apresentada em 12/11/2009